

OS JORNAIS COMO FONTES DE PESQUISA EM SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL TIMONENSE

Cristiano de Assis Silva,
Mestrando em Educação – UFPI
Denisa Braga Rodrigues.
Graduanda em Lic. Plena em
Pedagogia – IESM

RESUMO

O presente trabalho constitui-se numa experiência realizada na Disciplina: Estudos Teóricos e Metodológicos em História, no curso de Licenciatura plena em Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Múltiplo, na cidade Timon-Ma. Discute a inserção de novas fontes documentais da historiografia brasileira nas salas de aulas, como fonte possibilitadora da reconstituição dos fatos, ocorridos no cotidiano das cidades de Teresina (PI) e Timon (MA) em meados dos anos 1990. Esta experiência tem abordagem na Nova História, com ênfase na História cultural e oral, sendo fundamentada teoricamente em Burke (1992), Pollack (1992), Halbwackcs (2002), Chartier (2000). Buscamos estabelecer análise quanto ao uso em sala de aula, de dois jornais de circulação na capital piauiense no ano de 1992, verificando assim os discursos que emanavam destes, quanto a suposta participação de um timonense, Zaratustra Yascára Douglas, em crimes na cidade de Timon (MA), Teresina (PI) e outras cidades brasileiras. Fizemos análises entrecruzando com as estruturas política, econômica, social, cultural de Timon e do cenário nacional, realizando uma posterior socialização de resultados que culminaram na produção escrita. Em face de seu caráter teórico e metodológico proposto na sala de aula de História, percebeu-se que o trabalho possibilitou uma profícua compreensão das sociabilidades Timonenses e Teresinenses, diante das disputas de memórias tecidas.

Palavras-Chave: História. Fontes de pesquisa. História local.

1 Produção historiográfica em mudanças

Nas duas últimas décadas a produção acadêmica e escolar tem vivenciado férteis mudanças, sobretudo no que tange à forma de construção do conhecimento histórico na sala de aula, impulsionada pelas contribuições balizadas na Escola do Annalles. Segundo Cainelli (2010), “os conteúdos tradicionais trabalhados no ensino fundamental começam a sofrer alterações significativas apenas em meados do século XX”, percebidas através da inserção de novas temáticas, novos objetos de estudos na área de História.

Assim passou-se a pensar e perceber a História, tendo em seu bojo as questões cotidianas, sendo os seus sujeitos, gente, gente que respira, sofre, angustia-se, alegre-se, vive.

A partir da década de 90 do século XX, com a criação e institucionalização da LDBEN (9394/96) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), viu-se surgir uma preocupação, sobretudo nos cursos de formação de professores, buscando, dessa maneira,

construir um novo discurso quanto ao significado e sentido dado à História a ser ensinada, fazendo-se, assim, uma redefinição profícua.

Esta redefinição que ora se apresentava no debate acerca das finalidades da História, é explicado por Carvalho (1999), como que “tudo que é humano, jamais será alheio ao historiador”. Desse modo, vimos uma maior variedade de conteúdos no ensino de História.

Diante de tal assertiva, fomos levados a questionar: Como tornar docentes e discentes sujeitos e produtores da História? Quais os métodos e fontes da pesquisa histórica, propostos por esta abordagem, no processo de reconstituição do passado próximo e cotidiano dos nossos alunos?

Visando responder a estes questionamentos, buscamos fundamentos, em Burke (1999, p.33), quanto ao sentido empregado pelo mesmo à Nova História, quando o mesmo aponta que: “A expressão ‘Nova História’ é mais bem conhecida na França, La nouvelle Histoire é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff.” A Nova História está dessa maneira agrupada à Revista dos Annales: Économies, Sociétés, Civilisations, sua proposta é discutir a História vista de baixo.

A História vista de baixo, descrita por Burke (1999), Sharpe (1985),

atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da História.

O que era pensamento naturalizado quanto à noção de História, vista como imutável, passa a ser considerado um constructo social, espacial, temporal, onde, para tanto, requisitar-se-ia uma investigação que considera a experiência acumulada de uma pessoa ou de várias pessoas, fazendo aumentar a base documental para análise.

Diante de tais fundamentos, encontra-se no cenário timonense uma escola que requisita as práticas docentes significativas, cujas aulas de História sejam formas de construção de um ser ético, comprometido com sua memória e a memória coletiva. Mas como vislumbrar tal proposta metodologicamente satisfatória? Isso passou a se tornar latente durante os estudos desenvolvidos nas aulas da Disciplina: Estudos Teóricos e Metodológicos em História. A disciplina E. T. M. História, oferecida no sexto semestre do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, propõe ser um lugar de discussões acerca da trajetória do ensino de História, discutindo assim as concepções historiográficas, nas quais professores e

professoras aportam-se teoricamente. Apresenta ainda proposições metodológicas para a construção do conhecimento histórico.

Por possuir tais singularidades, optou-se por realizar um estudo, onde se fizesse análise do uso de fontes, sobretudo hemerográficas e orais, na construção de representações sociais, tornando-se desse modo territórios a serem explorados.

O estudo tomou como base as sociabilidades: timonenses e a construção do discurso midiático – (jornal impresso, mídia relativamente acessível aos teresinenses e timonenses no contexto de 1992) acerca do um jovem timonense chamado Zaratustra Yáskara Douglas, acusado de supostos crimes, considerados horrendos para a o padrão cultural da época em estudo, 1992, sobretudo o período de janeiro a março do referido ano. O recorte temporal justifica-se em virtude de ser este o período de maior frequência de matérias publicadas em dois jornais impressos da capital piauiense: “O Dia” e “Diário do Povo”.

1.1 Por que e como estudar a História local na escola?

A escola enquanto instituição social destaca-se dentro da sociedade pela sua forma em que se apresenta. Sendo caracterizada como território de produção de saberes sistematizados, garantidores da continuidade do cabedal cultural construído e constituído por gerações presentes e anteriores à nossa.

Nessa perspectiva a sala de aula torna-se lugar de férteis produções. Para tanto, fez-se necessário uma constante análise acerca das possibilidades e limites do trabalho docente com vista à formação de nossos alunos como sujeito conhecedores de sua história.

O processo de ressignificação aos quais os professores devem realizar parte do sentido que é atribuído à educação formal, proposto a partir de 1988 pela constituição federal. Movimento intensificado com a elaboração da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no contexto de 1996, somado a este movimento, pontua-se as proposições teórico-metodológicas, pensadas e apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para a área de História no final da década de noventa do século XX.

Estes referenciais apontam para necessidade de fazer das aulas de história, ricos momentos de aprendizagens, conforme Godinho apud Cainelli (2010, p.34), “a História não é uma disciplina à parte; é uma maneira de pensar os problemas humanos”. Para Godinho; Cainelli (2010), a disciplina de História e as situações de aprendizagens sistematizadas para este componente curricular, contribuirão para a formação do sujeito conhecedor de seu passado, não como guia para predizer as situações futuras, mas como forma de fazer crescer nosso cabedal cultural.

Desse modo é apontado nos referenciais curriculares, para os anos iniciais do ensino fundamental, o eixo curricular: História local e do cotidiano. Este eixo traz em seu bojo a pretensão de discutir e preparar estes sujeitos, com vistas à formação do sentimento de pertença e identidade com o local em que nasceu, vive, estuda.

Para o alcance de tais objetivos, faz-se uso de perspectivas teórica e metodológica, que consideram o aluno sujeito da história e alarga as possibilidades de temáticas e fontes documentais. Tal perspectiva discute o patrimônio histórico, definido por Paim (2010, p.91) como “bem coletivo, ou seja, de um determinado grupo social com a pretensão de expressar uma dada visão ou memória desse grupo para construir ou reforçar uma memória identitária comum”. Esta noção de patrimônio histórico permite ainda classificá-lo em: material imaterial, arquitetônico, ambiental, arqueológico, artístico, religioso.

2 Representações e apropriações: breves considerações

A leitura, disponibilizada nos dois veículos midiáticos, acima mencionados, nos despertou para a necessidade do estabelecimento de uma relação entre a leitura e o leitor, bem como as impressões deste último sobre tais leituras. A respeito desta necessidade, tomou-se, enquanto embasamento teórico, as valiosas considerações de Chartier (1990), membro da terceira geração de pesquisadores - que ficou conhecida como a Escola dos Annales - que, desde a juventude, tem se dedicado à procura de novos objetos e novas abordagens para a história.

Partindo deste anseio por descobertas, Chartier (1990) aponta para a importância de considerar a história cultural enquanto fator indispensável para a compreensão das representações nas diversas sociedades. Soma-se a isso a noção de micro-história que permite, perceber os fenômenos em escala reduzida, buscando dar visibilidade a fatos ocultados anteriormente pela concepção historiográfica dominante.

Logo, a percepção das influências provocadas na sociedade timonense da época, a partir das informações encontradas nos jornais analisados, tornou-se imprescindível para a construção desta pesquisa. Em entrevista concedida à Revista de História, Chartier faz menção ao conceito de apropriação dos textos, por parte dos leitores:

E, dentro dessa perspectiva, tratava-se de construir um projeto compartilhado de uma história da leitura e dos leitores, entendendo leitura como apropriação do texto, ou seja, o texto incorporado, transformado pelos indivíduos em algo que dava sentido à sua relação com o mundo.

Foi neste âmbito que a presente pesquisa estendeu sua análise aos relatos orais dos leitores que tiveram acesso às diversas matérias divulgadas sobre o jovem Zaratustra Yáskara Douglas, em meados de 1992. Constatou-se que estes leitores agregaram as referidas informações à sua própria opinião e visão de mundo, provocando os resultados aos quais se referia Chartier (1990), ou seja, a apropriação do texto.

Chartier (1990) prossegue afirmando que, embora haja uma distância considerável entre os relatos orais e a escrita impressa, faz-se necessário lembrar que são muitos os laços que os aproximam, enquanto objetos de apropriação. Em relação a esta pesquisa, puderam-se exemplificar tanto as variações percebidas nos discursos orais, quanto às similaridades entre estes e os discursos midiáticos observados.

As falas do autor trazem uma preocupação constante em relação ao leitor e suas apropriações de textos lidos. Em seu capítulo, intitulado como leituras camponesas, Chartier narra alguns episódios que evidenciam a carência de livros e provedores destes para a população rural da França. Esta preocupação ainda é relevante, atualmente, a julgar pela necessidade de uma leitura crítica, reflexiva, cujas indagações e percepções auxiliem na construção de cidadãos críticos, ativos e transformadores do meio social em que vivem. Conforme Chartier (1990) é essencial que se discuta a maneira como são produzidas, em espaços e tempos diversos uma realidade social e como esta é dada a ler.

Vê-se que o que é dada a ler, as representações sobre uma pessoa/fenômeno não o é feito de modo neutro, são, portanto discursos construídos numa espacialidade e temporalidade acerca de uma identidade, que se pretende validar, aqui se percebe uma intenção de validar um discurso acerca de uma cidade que, por sua vez, era caracterizada como: atrasada, violenta.

3 Visitando as fontes: lugares de memória

Estabelece-se aqui discussão acerca das noções, tipos de fontes e interpretação das informações obtidas.

As fontes hemerográficas (jornais) dão-nos, a saber, o cotidiano das cidades de Teresina (Pi) e Timon (Ma), no contexto de 1992 especialmente a dinâmica de relacionamento destas cidades com o Brasil e o mundo. Dentre os movimentos que caracterizam o contexto estudado, em escala nacional, vê-se um Brasil, sacudido pelos movimentos estudantis; solicitação de impeachment do governo Collor; a preparação para a “Rio 92”, que reuniria considerável número de ecologistas no Brasil; a polícia militar invade a casa de detenção deixando 111 mortos. Estes e outros fatos figuram as páginas

das fontes hemerográficas consultadas, o que nos remete a considerar a articulação destas cidades ao restante do país a partir das leituras e discussões tecidas nestas espacialidades, que são possibilitadas pela imprensa local - a noção de imprensa local aqui atribuída, refere-se à publicação em dois jornais impressos na cidade de Teresina-Piauí, que circularam também na cidade de Timon-Ma, durante o período em estudo (1992).

Os jornais aparecem até a última década do século XX, como fontes de discursos construídos na e para a sociedade timonense e teresinense, dada a facilidade de aquisição e manuseio, para um público leitor que se apropriam de tais representações ali construídas, passando a tê-las e defendê-las de modo naturalizante. Diante destas situações, Biersack (1995, p.110) assegura como fundamental ao realizar “o exame da natureza ideológica e política do saber local” que utilizemo-nos “contexto histórico em que este saber opera”.

Operacionalizou-se neste estudo o entrecruzamento das informações locais e nacionais, buscando explicar as estruturas vigentes.

Quando se percebe no cenário local, sobretudo dentre os teresinenses e timonenses, narrativas resultantes da leitura feita nestes veículos de comunicação, onde a assertivas de Brito (2011) corroboram o que ora afirmamos, segundo o autor as “práticas discursivas, nesta perspectiva, envolvem os processos de produção, distribuição e consumo textual no âmbito dos quais os discursos são proferidos. A dinâmica de enunciação de discursos e a configuração destas práticas geralmente levam à afirmação de ideologias”.

4.0 APRESENTANDO RESULTADOS

Tendo este estudo como foco de análise as representações e apropriações, emanadas dos jornais “O Dia” e “O Estado”, nos atermos a apresentar um desdobramento de representações acerca da “onda de horror”, uma Timon permeada de sociabilidades reprováveis e construção de imagem de crimes, idealizados e executados por membros de um grupo de homens armados, que assaltava e assassinava com requintes de crueldades, numa disputa diária de territórios para o uso e tráfico de drogas, que tinha como líder o jovem Zaratustra Yáskara Douglas. Onde pelos jornais descrevia-se uma cidade, do outro lado do rio (Parnaíba) e da lei, marcadamente como caótica no aspecto administrativo, político, social e cultural.

A pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Piauí possibilitou-nos um contato com textos e contextos, meticulosamente elaborados, de cunho ideológico, capaz de construir uma identidade acerca dos timonenses. Considerado pelos documentos escritos

como um espaço e sujeitos que viviam à margem dos preceitos legais de um Estado civilizado.

Paralelamente a estas análises, numa perspectiva da História oral, buscamos saber as visões vistas de baixo, como assegura Burke (1992), quando da utilização de procedimentos de entrevistas, tendo como colaboradores: um ex-integrante do grupo de “justiceiros” e um membro da família. Sendo requisito para escolha, destes sujeitos, as vivências e experiências compartilhadas com o personagem Zaratustra.

As informações obtidas a partir de tais entrevistas possibilitaram-nos, um contato com uma forma de representação, deveras contrária às contidas nos textos impressos. Estes colaboradores, ao serem questionados acerca das representações tecidas nas fontes escritas (Jornais: Diário do Povo, O Dia), discordam dos mesmos, quando estes atribuem ao Zaratustra e seu grupo, uma onda de terror e medo e desordem.

Ressaltam ainda que este (Zara), como era publicamente conhecido, era um sujeito respeitador, amigo. Denunciam a frágil estrutura policial da cidade e do Estado do Maranhão, sendo na visão destes um fator que propiciava atitudes de violência na cidade, descrevem os acontecimentos do recorte temporal (1992) tendo como uma influência a imagem do homem jovem e bonito atribuído ao mesmo por um grupo de fãs constituído na cidade.

As representações apresentadas nestes lugares de memória imputam a estas cidades e seus cidadãos imagem pejorativas, trazendo enquanto conseqüência uma visão estereotipada, que perduraria um significativo tempo para dissolução de tal discurso.

REFERÊNCIAS

BANDIDO confessa morte, rapto de menor e roubo em Timon e Teresina. *O Dia*. Teresina, 05 de Jan. 1992.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Difel, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais história, geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, Tiago Oliveira da Silva. A construção da Cidade sem Lei: o discurso do Jornal “O Estado” sobre a violência urbana em Timon no início dos anos 1990. *Anais do XXVI simpósio de História-ANPUH*, São Paulo, 2011.

CAINELLI, Marlene. *Ensinar História: Proposições metodológicas*. São Paulo: Scipione, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1990.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio: estudos históricos*. Rio de Janeiro. v.2, n. 3, 1989.

_____. *Memória e identidade social: estudos históricos*. Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

ZARA, Apenas 23 anos é autor de vários homicídios. *Diário do Povo*. Teresina, 09 de Fev .1992.